

DA MORTE POLÍTICA À CONSAGRAÇÃO

Indagações sobre o significado da reeleição de Lula

FERNANDO J. CARDIM DE CARVALHO

RESUMO

Este artigo examina o processo eleitoral de 2006, que culminou na reeleição do presidente Lula. Argumenta-se que o período foi marcado pelo voto de advertência de eleitores insatisfeitos com o primeiro mandato e por erros de estratégia do PSDB, a começar pela escolha do candidato. Sustenta-se ainda que a falência ética do Partido dos Trabalhadores ensejou uma onda de preconceito inédita na história política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: eleições; Luiz Inácio Lula da Silva; reeleição; Partido dos Trabalhadores.

SUMMARY

This article examines the electoral process of 2006, which resulted in the reelection of president Lula. It states that the period was characterized by protests of unsatisfied voters and by PSDB's strategy faults, starting by the choice of its candidate. It is also argued that the ethical débâcle of Partido dos Trabalhadores stimulated a wave of prejudice unseen in Brazilian political history.

KEYWORDS: elections; Luiz Inácio Lula da Silva; reelection; Partido dos Trabalhadores.

A eleição presidencial de 2006 revelou-se um dos mais complexos e interessantes episódios da história política brasileira deste período de reconstrução democrática. Como numa montanha-russa, o presidente Lula, em menos de um ano, passou da “carta fora do baralho” de 2005 para o candidato imbatível de meados de 2006, daí para o desapontamento do primeiro turno e, finalmente, para a consagração no segundo turno. Da morte política à ressurreição gloriosa e daí ao purgatório e à penitência, e então à consagração, a sorte de Lula mostrou-se incrivelmente volátil.

Além da velocidade da mudança na apreciação da candidatura Lula pelo eleitorado, chamaram também a atenção, durante a campanha eleitoral, os incríveis erros cometidos tanto pelo partido que cerca o presidente quanto pelo partido de Geraldo Alckmin. Finalmente, não se pode deixar de reconhecer que, sob o pretexto da justa condenação de procedimentos aéticos ou simplesmente ilegais por parte, especialmente, da equipe de campanha de Lula, políticos e grupos de eleitores sentiram-se aparentemente liberados para manifestar publicamente alguns dos mais espantosamente preconceituosos comportamentos e visões já testemunhados na política do país, antes ou depois do regime militar.

Nesse quadro, é certamente muito mais difícil interpretar os possíveis significados da vitória de Lula do que em qualquer das eleições anteriores. Por razões similares, torna-se também bastante difícil formar expectativas sobre como será seu segundo mandato. Neste breve comentário, gostaria de examinar em maior detalhe cada um dos pontos mencionados até aqui.

É ocorrência natural em países democráticos que a apreciação pública de um líder em exercício seja mais pesadamente influenciada pelos acontecimentos do momento do que por uma avaliação do seu desempenho ao longo de todo o mandato. As eleições legislativas norte-americanas que acabam de se realizar, por exemplo, mostram o enorme desgaste sofrido por um presidente que, eleito inicialmente em 2000 em processo que muitos julgaram fraudulento, conseguiu ser reeleito com facilidade quatro anos depois, contribuindo também para a vitória de seu partido para o Congresso e o Senado. Apenas dois anos mais tarde, os resultados desastrosos da campanha do Iraque, além dos episódios de corrupção e mau comportamento de líderes do partido Republicano ou próximos a ele, conduziram o mesmo grupo a uma fragorosa derrota.

Em 2005, a sucessão de escândalos envolvendo políticos muito próximos ao presidente Lula decretou, de forma aparentemente inelutável, a morte política tanto do presidente quanto de seu partido. Do início a meados de 2006, no entanto, a percepção de que a população ou não se importava em demasia com as denúncias de corrupção ou aceitava a tese de que o presidente desconhecia atos ilícitos ou aéticos de ministros e outros membros de seu governo levou a uma reviravolta em que, gradual, mas rapidamente, passou-se a considerar o presidente imbatível, capaz de liquidar a eleição já no primeiro turno. A ressurreição de Lula, em si, mostrou-se um enigma. Foi necessário redescobrir argumentos como uma suposta capacidade inigualável de comunicação do presidente com o povo, esquecendo-se de que, por três campanhas presidenciais consecutivas, até 1998, Lula não demonstrava ser capaz de tais milagres. Explicações mais grosseiras

colocavam a capacidade do comunicador em segundo plano, preferindo concentrar-se na disposição dos eleitores de baixa renda em votar pela reeleição do presidente que lhes distribuía dinheiro.

Nos dias imediatamente anteriores ao primeiro turno, a sorte de Lula começou a mudar de novo, culminando na sua incapacidade de obter mais de 50% dos votos, remetendo a eleição a uma segunda votação. A perda do primeiro turno foi talvez o episódio mais interessante de toda a campanha. É preciso lembrar que Lula esteve a menos de 2% da vitória na primeira votação. Na segunda votação, Lula não apenas obteve muito mais do que os 2% que lhe faltaram, como o seu opositor não conseguiu repetir sequer a votação do primeiro turno. O que terá acontecido? Uma hipótese, apesar da dificuldade em testá-la empiricamente, mas em favor da qual abundam evidências de natureza mais casual, foi a disposição de parte do eleitorado de esquerda, desapontado com o desempenho do governo Lula, de manifestar publicamente esse sentimento. Parte dos eleitores de esquerda dirigiu seus votos à candidatura de Heloisa Helena, mesmo não sendo particularmente simpáticos às teses do PSOL. Outros votaram até mesmo em Alckmin. O sentido aparente desses votos era advertir o presidente de que a esquerda esperava dele algo diferente do que tinha sido seu primeiro mandato. Se essa hipótese for correta, seria mais fácil entender não apenas a redução do número de votos recebidos por Alckmin como também a independência demonstrada pelo eleitorado de Heloisa Helena e, mesmo, de Cristovam Buarque, apesar de esse último ter alcançado votação irrelevante, no momento de voltar a escolher seu candidato a presidente.

Esta hipótese não representa, de modo algum, um exagero do peso ou da importância do eleitorado de esquerda descontente com o Lula do primeiro mandato. Como apontado, a influência se deu na margem. Assumir que o eleitorado de esquerda suficientemente descontente com Lula a ponto de negar-lhe a eleição em primeiro turno constitua pelo menos uma fração relevante dos 2% que lhe faltaram não exagera sua força. Feita a advertência, contudo, na hora de decisão final, esses eleitores voltaram a escolher a candidatura que lhes parecia mais próxima, quando comparada à de Geraldo Alckmin.

Nesse último aspecto, é de ressaltar a enorme eficiência de Lula e seus assessores em marcar o oponente como candidato “da direita”. O foco das críticas de Lula no processo de privatização que supostamente seria retomado por Alckmin do ponto onde Fernando Henrique Cardoso parou foi decisivo, apesar de surpreendente, dado que a tese não constava realmente dos programas enfatizados pelo candidato do PSDB. A acusação de privatista foi duplamente eficiente: por um lado, colocou Alckmin em uma postura francamente defensiva, aparentemente atordoado pela penetração popular do ataque de Lula

e, por outro, serviu para ressuscitar Fernando Henrique Cardoso e lembrar os eleitores que Alckmin era o candidato de seu partido. A sombra de Cardoso em 2002 já tinha sido um elemento importante a explicar a derrota de José Serra. O seu reaparecimento na campanha eleitoral do PSDB reavivou o amplo sentimento de rejeição que o cerca, contaminando Alckmin.

A presença ativa de Cardoso na campanha de Alckmin, com o ex-presidente visivelmente mais preocupado em recuperar sua imagem do que propriamente em promover o candidato de seu partido, foi apenas um dos erros do PSDB. O primeiro, e mais notável, quase incompreensível mesmo, foi a própria escolha do candidato presidencial, em detrimento da candidatura de José Serra.

Todo o processo mostrou-se viciado, a começar pelo modo como a troika Cardoso/Aécio Neves/Tasso Jereissati arrogou para si o direito de escolha do candidato. Imagens como a do triunvirato a jantar em fino restaurante paulista enquanto se decidia quem concorreria pelo partido geraram custos políticos de difícil reparação. O processo foi duplamente desastroso, porém, porque além de sugerir o domínio do PSDB por uma oligarquia auto-nomeada, essa oligarquia sequer mostrou-se eficaz, já que sua preferência por Serra foi vencida pela obstinação de Alckmin.

Serra certamente teria sido um concorrente muito mais perigoso para Lula. Apesar de ex-ministro de Cardoso, Serra é lembrado como um crítico das políticas econômicas que levaram o país à crise de 1999 e ao apelo ao FMI por socorro. Assim, talvez paradoxalmente, teria sido muito mais difícil envolver Serra com o governo de Cardoso do que Alckmin, alguém completamente desconhecido fora do estado de São Paulo. Serra teria, provavelmente, o apoio do empresariado industrial, especialmente o paulista, e do centro, e dividiria votos da esquerda, seja pela sua biografia, seja por sua identificação com políticas mais ativas de desenvolvimento, seja pelo desgosto de setores da classe média com as denúncias de corrupção no governo Lula. Já o setor financeiro talvez se opusesse a ele mais ativamente do que a Lula, em cujo governo conseguiu ganhos estelares.

O fator talvez mais decisivo seria, porém, a expectativa de que Serra fosse capaz de definir um programa alternativo de desenvolvimento para o país. Depois do liberalismo do período Cardoso e da ampla indefinição do primeiro governo Lula, não era possível que uma candidatura alternativa pudesse se opor à reeleição do presidente apenas prometendo fazer a mesma coisa, porém melhor. Esse argumento pode influenciar eleições para síndicos de condomínios, mas não para a presidência de um país, especialmente no caso de um país que completa sua terceira década perdida em termos de crescimento. É um velho provérbio o de que não se substitui alguma coisa por coisa

nenhuma e a percepção generalizada foi a de que Alckmin oferecia exatamente isso, coisa nenhuma, mas com melhor gerência. É inteiramente irrelevante se essa caracterização era verdadeira ou não, apesar do próprio candidato ter se focalizado na sua suposta maior capacidade gerencial. Se não se colocam reais alternativas à escolha, o debate se resume, como efetivamente ocorreu, à listagem de realizações do presidente que busca a reeleição e à insistência de seu oponente de que poderia ter feito mais. É fato que o PSDB não podia buscar eleitores pela afirmação de princípios, como, por exemplo, no caso do PSOL, porque os eleitores não lhe reconhecem efetiva consistência política. Assim, só a apresentação de propostas efetivas poderia ter tido alguma eficácia. Essas propostas nunca vieram a público, se é que existiam.

Os erros na segunda fase da campanha, entre o primeiro e o segundo turno, já não eram tão importantes se a tese defendida aqui, de que Lula não venceu no primeiro turno em função do desejo de eleitores de manifestar seu descontentamento com a mediocridade de seu primeiro mandato, for verdadeira. O crescimento de Alckmin na véspera da primeira votação não significava crescimento da sua base política. Equívocos como a foto do candidato com a família Garotinho, no Rio de Janeiro, dificilmente terão agravado de forma importante a inevitabilidade de sua derrota.

Já os erros da campanha de Lula são um capítulo à parte, material para muitos anos de análise. Episódios como o dossiê contra Serra, deixando de lado seus aspectos criminais, que devem ser tratados como o que efetivamente são, casos de polícia, são politicamente incompreensíveis pela sua natureza, pelo momento em que têm lugar, por tudo, realmente. Os efeitos desse comportamento assombrarão o futuro político de Aloísio Mercadante por muito tempo. É mais duvidoso que tenha tido esse episódio, porém, grande peso na perda do primeiro turno por Lula. Poucas dúvidas sobre o caso tinham sido esclarecidas quando o segundo turno foi realizado e ainda assim Lula foi reeleito. As evidências ainda parecem apontar para outras hipóteses a explicar a necessidade de segundo turno, que não a de reações contra o episódio do dossiê.

O primeiro governo Lula foi certamente surpreendente. Para o setor financeiro, foi uma surpresa positiva, já que os ganhos das instituições financeiras foram consistentemente muito elevados em todo o período e suas prioridades ditaram as escolhas de política econômica do presidente. Já para aqueles que esperavam uma inflexão nas políticas de Cardoso, porém, Lula foi certamente um desapontamento. O presidente não demonstrou qualquer ousadia na condução da economia, o que se refletiu diretamente nos seus medíocres resultados. O país desperdiçou as chances criadas por um dos melhores períodos da economia internacional dos últimos anos com sua política monetária

de juros altos, sua política cambial de sobrevalorização do real e sua política fiscal de estrangulamento de investimentos públicos. O país cresceu em 2004, mas em 2005 voltamos a rastejar em comparação com, literalmente, o resto do mundo, e 2006 mostra-se cada vez mais desapontador. A passagem de Lula pelo governo, no que tange à economia, foi marcada pela nomeação de um político de limitado, se algum, conhecimento de economia para a condução do Ministério da Fazenda, cujo papel se resumia ao de relações públicas de uma equipe profundamente conservadora. A completa incapacidade do governo de pensar a economia brasileira estrategicamente foi marcante e é fortemente responsável pelo desempenho a que assistimos.

Para alguns outros, porém, o maior desapontamento foi ético. A descoberta de que o PT é capaz de se comportar de forma exatamente igual a todos os outros partidos representou o choque final nos que imaginavam ser o país capaz de conduzir seu processo político de forma limpa. Lembremo-nos de que o primeiro choque já tinha ocorrido com os dois mandatos de Cardoso, onde o conchavo de ocasião e as transações obscuras pareciam uma traição às próprias origens do PSDB, nascido da crítica ao “quercismo” dominante no PMDB. Os governos Cardoso foram assolados continuamente por escândalos, dentre os quais a compra da reeleição é o que ocupa maior espaço na memória da população. A traição do PT também às suas origens veio alimentar ainda mais o ceticismo quanto à possibilidade da ética na política. O argumento de que é a polícia do governo Lula quem investiga esses crimes é fraco. A concessão de legenda pelo PT a seus membros envolvidos em escândalos de todo o tipo, especialmente em São Paulo, mais do que qualquer outra coisa, retira qualquer credibilidade às profissões de honestidade política dos líderes desse partido.

Esse desapontamento é certamente legítimo e ajuda a alimentar o ceticismo dos que acham que política é isso mesmo, um veículo para a busca de vantagens pessoais, e que a população terá sorte se, no processo de aproveitamento de benesses, algo lhe for também oferecido. É impossível ignorar, porém, que sob o manto da indignação, muitos setores da população deram vazão a sentimentos e preconceitos mais do que preocupantes, assustadores mesmo. Da constatação óbvia da limitada educação formal do presidente, passou-se com facilidade ao discurso sobre a incapacidade política dos “ignorantes” (em que incultura foi abertamente equiparada à falta de inteligência) e, daí, para a caracterização das eventuais limitações intelectuais do presidente por sua origem nordestina, seu consumo de bebidas alcoólicas, seus gostos e preferências, etc. Não é preciso compartilhar a paranóia ou o oportunismo dos setores do PT que identificam a existência de uma ampla conspiração contra o partido para reconhecer que preconceitos foram tornados públicos sob o disfarce de críticas éticas com uma viru-

lência que parece remeter realmente ao período anterior ao golpe militar de 1964. Poucos dentre aqueles de nós que mantiveram uma postura permanentemente crítica com relação ao desempenho do governo Lula (por razões em muitos casos semelhantes às que nos levaram a manter uma posição permanentemente crítica também em relação aos governos Cardoso) aceitariam se associar a críticas como as que foram amplamente veiculadas durante a campanha eleitoral, por *e-mails*, *blogs*, muitas vezes reproduzidas pela imprensa.

A principal impressão deixada pelo primeiro mandato do presidente Lula é a da perda de oportunidades, do que poderia ter sido, tivesse o presidente mais ousadia. A campanha eleitoral, por sua vez, também deixou essa sensação de oportunidade perdida. Não houve o confronto de projetos de país, de estratégias ou programas políticos. Ao final, restou a impressão de que Lula foi reeleito menos pelo que fez seu governo (de positivo ou negativo), do que pela esperança do que fará e pelo vácuo da oposição, que lhe permitiu correr contra a memória de Fernando Henrique Cardoso, mais do que contra uma alternativa efetiva.

A falta de relevância do debate eleitoral reflete-se agora na enorme incerteza que cerca o segundo governo Lula, surpreendente para o segundo mandato de um mesmo presidente. O debate entre “desenvolvimentistas” e “monetaristas” ocupa espaço na imprensa, mas Lula mantém-se, como o Príncipe da Dinamarca, paralisado por suas dúvidas. Enquanto isso, a economia perde fôlego e começa a comprometer as possibilidades para o novo mandato.

Recebido para publicação
em 10 de novembro de 2006.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

76, novembro 2006

pp. 9-15

FERNANDO J. CARDIM DE CARVALHO é professor do Instituto de Economia da UFRJ.